



Em seu relatório, Magalhães, à direita de Passarinho, recomenda alterações na elaboração do Orçamento e explica esquemas de empreiteiras e parlamentares

PODER PARALELO

Detalhados dois grandes esquemas

A Comissão de Orçamento do Congresso era apenas um dos componentes de um núcleo de poder paralelo criado para lesar os cofres públicos. A forma de atuação deste "núcleo de poder" aparece detalhada no relatório final da CPI do Orçamento apresentado ontem, que concluiu pela existência de dois grandes esquemas de manipulação de verbas federais: o das empreiteiras e o das subvenções sociais. O documento assinala que, em ambos os casos, os esquemas mantinham funcionários em postos-chaves nos ministérios para garantir a

liberação dos recursos.

Para a CPI, ficou comprovada a existência de um cartel de empreiteiras, que promovia um rodízio para vencer licitações. "Quem vencida uma, passava para o final da fila, e, para garantir a fidelidade dos participantes, o segundo e o terceiro colocados também eram sorteados", destaca o relatório. Outra forma de fraude identificada nas investigações era a troca de obras entre as empresas, que assim ficavam responsáveis por aquelas sobre as quais tinha maiores interesses. "Não havia concorrência entre elas, que atribuíam às licitações os valores que bem entendiam, quase sempre provocando o superfaturamento".

O esquema das empreiteiras, segundo o relatório, começava com a "sugestão" de obras a prefeitos e governadores, acompa-

nhadas de estudos técnicos que apenas eram assinados pela autoridade local. O passo seguinte consistia na inclusão da obra no Orçamento Geral da União, diretamente no ministério ou por emendas de parlamentares ligados ao esquema. Após a aprovação, eram as próprias empreiteiras que atuavam na liberação de recursos junto ao Executivo. "Há fortes indícios de que, em todos esses níveis, o esquema das empreiteiras distribuía 'participações', que não são nada menos do que propinas, o salário da corrupção", concluiu o relator.

Ao contrário do que ocorria com as empreiteiras, o esquema das subvenções era vinculado diretamente a alguns integrantes da Comissão Mista de Orçamento. O parlamentar criava ou patrocinava a criação de entidades que eram inscritas no Conselho

Nacional de Serviço Social (CNSS). Em sua grande maioria, as entidades eram controladas por pessoas ligadas ao parlamentar. O passo seguinte consistia na formação de holdings, para as quais os parlamentares integrantes do esquema transferiam todo o seu patrimônio para alegar, em caso de necessidade, que não possuíam fortuna pessoal. "As entidades cometiam toda sorte de fraudes, principalmente em desvio de recursos, notas fiscais falsas, empregos de 'fantasmas' para transferir dinheiro aos membros do esquema e inexistência dos serviços sociais que declaravam realizar", afirma o documento. O esquema enviava aos ministérios listas de entidades a serem contempladas com subvenções, conseguindo o descontingenciamento das verbas.

Robson Pereira